

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - PR

Estudo Técnico Preliminar 24/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 26.14.000003522-7

2. Descrição da necessidade

Em conformidade com a cláusula 9ª, §8º, do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025/2027, o Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRM-PR) passará, a partir de setembro de 2026, a conceder o auxílio-alimentação/refeição exclusivamente por meio de cartão eletrônico, descontinuando o pagamento em pecúnia utilizado historicamente pela autarquia.

Destinado à aquisição de gêneros alimentícios *in natura* e refeições prontas, o benefício será operacionalizado mediante a contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e fornecimento de cartões eletrônicos na modalidade flex total (saldo único). Os cartões deverão operar em arranjo aberto de pagamento e possuir chip de segurança, senha pessoal e tecnologia compatível com pagamentos eletrônicos.

Paralelamente à implementação do novo sistema, o CRM-PR formalizará sua inscrição no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Embora a entidade já usufrua de isenções tributárias inerentes à sua natureza jurídica, a adesão ao PAT é uma medida estratégica para consolidar a natureza alimentar e indenizatória da verba, visando mitigar riscos de passivos trabalhistas e resguardar a transição da pecúnia para o meio eletrônico, garantindo que o processo esteja integralmente amparado pelo arcabouço normativo federal, conforme a Lei nº 6.321/1976 e o Decreto nº 10.854/2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Recursos Humanos	ANA CRISTINA KOKOTT

4. Descrição dos Requisitos da Contratação**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

4.1 Sustentabilidade: Não se aplica diretamente em razão da natureza do objeto, sem prejuízo da preferência por meios eletrônicos/digitais que reduzam o uso de papel.

4.2. Subcontratação: Não será admitida subcontratação do objeto;

4.3. Garantia de contratação: Será exigida garantia da contratação no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor global do contrato, que corresponde ao valor anual estimado da contratação, com base nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e demais disposições previstas no Termo de Referência e no Edital.

A exigência de garantia contratual visa assegurar a execução fiel do objeto e resguardar o CRM-PR contra eventuais prejuízos decorrentes de inadimplemento contratual ou interrupção dos serviços de fornecimento de crédito aos empregados.

O percentual adotado observa o princípio da proporcionalidade, garantindo segurança à Administração sem onerar excessivamente a competitividade do certame. Além disso, a vinculação da assinatura do contrato à apresentação da garantia é medida indispensável para atestar a responsabilidade da contratada e mitigar riscos operacionais durante a transição do modelo de benefício.

4.4. Quanto à natureza da contratação:

A presente contratação classifica-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Ademais, caracteriza-se como serviço contínuo, conforme o art. 6º, inciso XV, da referida Lei, tendo em vista tratar-se de necessidade administrativa permanente, cuja prestação deve ocorrer de forma contínua e ininterrupta, uma vez que a manutenção do benefício de auxílio-alimentação e auxílio-refeição é essencial à preservação das condições de trabalho e à garantia da política de benefícios concedida aos empregados/colaboradores.

4.5. Justificação do Preço:

A pesquisa de mercado demonstrou que, no segmento de gerenciamento de benefícios alimentação/refeição, inclusive em modelos operados por arranjo aberto, é prática recorrente a apresentação de propostas com taxa de administração igual a zero.

A despeito de possíveis questionamentos quanto viabilidade da prestação de um serviço sem contrapartida pela Administração Pública, a sustentabilidade econômica da operação não decorre exclusivamente de eventual taxa paga pela Administração contratante, mas de receitas acessórias inerentes ao modelo de negócios adotado pelas operadoras, incluindo receitas operacionais, financeiras e decorrentes da rede de aceitação e dos serviços agregados disponibilizados aos estabelecimentos comerciais.

Essa prática pode ser evidenciada tanto pelos orçamentos fornecidos por empresas do ramo quanto pelas contratações similares realizadas por outros órgãos, como se pode observar da pesquisa de preços abaixo:

VALOR ESTIMADO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO			
CAJU	SWILE	CRA-ES - PE006/2025	CAU-PA Credenciamento nº 01/2025
0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Desse modo, conclui-se que o valor estimado da taxa de administração de 0,00% (zero por cento) está compatível com os valores amplamente praticados no mercado para o mesmo objeto.

Será adotado como critério de julgamento a menor taxa de administração, vedada a apresentação de taxa negativa ou qualquer forma de deságio incidente sobre os créditos disponibilizados aos beneficiários, em conformidade com a regulamentação aplicável ao PAT e com a finalidade dos benefícios.

Visando solucionar um provável empate entre as propostas em decorrência da impossibilidade de oferecimento de taxa negativa, serão observados os critérios de desempate previstos na Lei nº 14.133/2021 e, persistindo o empate após a aplicação dos referidos critérios legais, será realizado sorteio, nos termos da legislação aplicável.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Pregão x credenciamento

A dinâmica das contratações de serviços de gestão de benefícios de alimentação sofreu alteração relevante nos últimos anos em razão de mudanças normativas vinculadas ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Tradicionalmente, o setor operava com forte competição baseada na taxa de administração, sendo comum a apresentação de propostas com percentuais reduzidos ou até negativos, estratégia que permitia às operadoras compensar suas receitas por meio da intermediação financeira junto à rede credenciada.

Com a evolução do marco regulatório (Lei nº 14.442/2022), passou a ser vedada a adoção de mecanismos que implicassem em subsídios cruzados ou distorções na formação dos preços, especialmente aqueles decorrentes da utilização de taxas negativas ou artificialmente reduzidas. Como consequência, consolidou-se no mercado a prática de apresentação de propostas com taxas de administração iguais a 0% (zero por cento), o que, na prática, culmina na impossibilidade de seleção do vencedor com base exclusivamente no critério do menor preço ou melhor oferta, já que a experiência prática demonstra que ao atingirem o menor preço possível, que é zero, os licitantes ficam empatados.

Diante dessa nova realidade, a tradicional lógica de competição baseada exclusivamente no menor preço perdeu relevância, exigindo da Administração uma abordagem mais criteriosa na definição do procedimento de seleção e dos critérios de julgamento.

Nesse contexto de incertezas, o Tribunal de Contas da União tem adotado postura pragmática quanto à modelagem dessas contratações, admitindo soluções distintas conforme as circunstâncias do caso concreto.

De um lado, o TCU continua a reconhecer válida a realização de pregão eletrônico, com posterior aplicação dos critérios legais de desempate previstos na Lei nº 14.133/2021 e, se necessário, a utilização de sorteio como mecanismo subsidiário para definição do vencedor diante de propostas equivalentes. Por outro lado, tem-se igualmente reconhecida a possibilidade de adoção do credenciamento, especialmente quando evidenciada a perda de utilidade prática da competição baseada exclusivamente no preço, permitindo à Administração habilitar múltiplos prestadores aptos à execução do objeto (vide acórdãos 790 e 792/2025 – Plenário).

Desse modo, é possível concluir que ambas as alternativas se mostram juridicamente viáveis à luz das peculiaridades do mercado e do interesse público envolvido, desde que devidamente justificadas no planejamento da contratação.

Na presente contratação, após uma análise criteriosa das possibilidades anteriormente descritas, o CRM-PR entende que a realização do pregão é a solução que melhor se adequa aos interesses da instituição. Isso porque, embora se observe, no cenário atual, a tendência de apresentação de propostas com taxa de administração igual a 0,00% (zero por cento), o que pode resultar em empate entre licitantes, o Conselho entende que tal circunstância não afasta a viabilidade jurídica da competição, uma vez que a Lei nº 14.133/2021 prevê mecanismos de desempate aplicáveis ao caso concreto, com a possibilidade de adoção subsidiária do sorteio caso o empate ainda persista. Ademais, a adoção do pregão eletrônico assegura maior, transparência, celeridade e segurança jurídica ao procedimento, além de garantir a observância dos princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e da vinculação ao instrumento convocatório.

Além do mais, o credenciamento não se mostra a solução mais viável para a instituição do ponto de vista do gerenciamento do benefício. É que, por implicar numa multiplicidade de fornecedores credenciados, a solução exigiria um gerenciamento mais complexo, demandando uma maior disponibilidade de pessoal para o acompanhamento de múltiplos contratos, que o CRM-PR não possui no momento.

Já a contratação de um único fornecedor via pregão resulta em uma gestão contratual mais simplificada, permitindo maior controle sobre a execução do serviço, fiscalização mais eficiente e redução de custos administrativos.

Diante disso, pode-se verificar que o pregão eletrônico permanece como a solução mais eficiente sob o ponto de vista jurídico e operacional, ainda que o critério puramente econômico apresente limitada capacidade de diferenciação entre propostas.

5.2. Tipo de arranjo: fechado x aberto

Outro aspecto relevante na modelagem da contratação diz respeito ao tipo de arranjo de pagamento. As principais formas adotadas no mercado são o arranjo fechado (onde a operadora credencia individualmente cada estabelecimento e o uso do benefício fica limitado à essa rede credenciada) e o arranjo aberto (onde a operadora utiliza bandeiras de aceitação universal, como Visa, Mastercard ou Elo).

De acordo com o TCU, a escolha do tipo de arranjo insere-se no campo de discricionariedade da Administração, que pode escolher livremente o que melhor atende aos seus interesses, desde que devidamente justificado com base no interesse público:

Ementa: Nos certames destinados ao fornecimento de vale-alimentação ou vale-refeição, a opção pelo modelo de arranjo de pagamento aberto ou fechado está no campo da discricionariedade da Administração Pública, não havendo que se falar em irregularidade quando a escolha estiver devidamente fundamentada no interesse público, nos termos do art. 174, §1º do Decreto n. 10.854/2021 (TCU. Acórdão 2612/2025 – Plenário).

Convém esclarecer que essa escolha não é meramente operacional. Ao contrário, possui impactos diretos na competitividade do certame, na experiência dos usuários e na flexibilidade da execução contratual, devendo ser analisada à luz do interesse público.

Após uma avaliação criteriosa de ambos os modelos, o arranjo aberto mostra-se mais aderente às necessidades operacionais da Entidade, especialmente diante da dispersão geográfica dos beneficiários em diferentes localidades do Estado do Paraná, inclusive em municípios do interior com reduzido quantitativo de usuários, circunstância que demanda ampla rede de aceitação e elevada capilaridade operacional, a fim de garantir efetiva utilização do benefício pelos empregados.

A utilização de arranjo aberto de pagamento possibilita maior amplitude de estabelecimentos aptos ao recebimento do cartão, utilizando infraestrutura de pagamentos eletrônicos amplamente difundida no mercado nacional, reduzindo riscos de limitação de uso, baixa cobertura regional ou necessidade de credenciamento específico em localidades de menor densidade econômica. Sob a ótica da competitividade, o modelo aberto amplia o universo de possíveis licitantes, permitindo que empresas que não possuem rede própria de credenciamento, mas operam com bandeiras de mercado, participem do certame.

5.3 Escolha da modalidade de utilização do cartão flexível (saldo único, saldo segregado e modelo híbrido)

O benefício na modalidade flexível (flex) pode ser operacionalizado por diferentes formatos de parametrização, conforme a solução adotada pela Administração e as funcionalidades disponibilizadas pela contratada, podendo ser flex total (saldo único), saldo segregado ou modelo híbrido.

No modelo denominado flex total (saldo único), o valor do benefício é disponibilizado em uma única carteira eletrônica, permitindo ao usuário utilizar integralmente o saldo tanto para aquisição de refeições prontas quanto para compra de gêneros alimentícios *in natura*, observada a finalidade alimentar do benefício. Trata-se de modelo que privilegia maior autonomia e liberdade de escolha ao beneficiário, possibilitando adequação às suas necessidades, hábitos alimentares e rotinas pessoais.

Por outro lado, no modelo de saldo segregado, os valores são previamente distribuídos entre as modalidades alimentação e refeição, permanecendo vinculados à natureza do estabelecimento credenciado ou da rede de aceitação, de modo que cada parcela somente pode ser utilizada para a finalidade previamente definida. Tal configuração proporciona maior controle sobre a destinação do benefício, embora reduza a flexibilidade de utilização pelo usuário.

Há, ainda, o modelo híbrido, que combina características das modalidades anteriores, permitindo que parte do saldo seja destinada a utilização específica e outra parte permaneça disponível em carteira flexível, buscando conciliar maior controle administrativo com certa liberdade de utilização pelo beneficiário.

Na contratação em análise, considerando que o benefício era historicamente pago em pecúnia e que os empregados possuem hábitos de consumo e comportamentos de utilização já consolidados, o modelo de saldo unificado (flex total) é o que melhor mitiga o impacto da transição para o sistema eletrônico de pagamentos, pois permite que o beneficiário mantenha sua liberdade de escolha entre a aquisição de gêneros em supermercados ou o consumo de refeições prontas, conforme sua conveniência pessoal. Assim, a solução concilia a conformidade normativa com a necessária flexibilidade, garantindo a acessibilidade e a efetiva fruição do benefício sem impor rigidez excessiva à rotina dos empregados.

Ressalte-se que a modalidade flex total (saldo único) adotada não desnatura a finalidade do benefício, uma vez que a tecnologia de arranjo aberto permite a restrição de uso por meio do código de categoria de estabelecimento (*MCC - Merchant Category Code*). Assim, embora o saldo seja único, a utilização permanecerá restrita a estabelecimentos classificados nos ramos de alimentação e refeição, garantindo a aderência aos normativos do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e evitando o desvio de finalidade.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Objeto da solução

6.1.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de benefício de auxílio alimentação/refeição, na modalidade de saldo flex total (saldo único).

6.1.2. A disponibilização do benefício ocorrerá por meio de cartões eletrônicos com chip de segurança, senha pessoal e tecnologia compatível com pagamentos eletrônicos, operando em arranjo de pagamento aberto, vinculado a bandeiras de ampla aceitação nacional, aptas à realização de transações em qualquer terminal de pagamento eletrônico da rede de aceitação, vedada qualquer restrição relacionada à captura, processamento ou aceitação das transações por rede exclusiva ou equipamento específico.

6.1.3. Os cartões deverão ser personalizados e conter, no mínimo, identificação do beneficiário e do CRM-PR, observados os requisitos de segurança da informação e proteção de dados pessoais aplicáveis, sendo permitida, de forma adicional/complementar, a disponibilização de cartão em formato digital (carteira eletrônica) em aplicativo oficial da contratada, com as mesmas funcionalidades do cartão físico.

6.1.4. A solução deverá permitir ao CRM-PR, a qualquer tempo, a inclusão ou exclusão de beneficiários no sistema de gestão, com processamento imediato ou no próximo ciclo de crédito, sem a cobrança de qualquer taxa administrativa, tarifa de emissão de cartão ou custos operacionais adicionais.

6.1.5. A prestação dos serviços deverá observar integralmente a legislação aplicável ao PAT e as normas do Banco Central do Brasil, assegurando mecanismos de controle, rastreabilidade, transparência das operações e proteção dos dados pessoais dos beneficiários, nos termos da legislação vigente.

6.1.6. A operacionalização do benefício deverá ser compatível com eventuais evoluções regulatórias aplicáveis ao PAT, inclusive quanto à portabilidade do benefício, quando regulamentada, mediante solicitação expressa do usuário;

6.1.7. O sistema de gerenciamento deverá possibilitar mecanismos de identificação da natureza dos estabelecimentos integrantes da rede de aceitação, com vistas ao monitoramento da utilização do benefício em conformidade com as finalidades do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, devendo contemplar, sempre que tecnicamente possível, parâmetros de bloqueio ou restrição de utilização em estabelecimentos cuja atividade econômica seja incompatível com despesas de alimentação e refeição, observadas as informações cadastrais disponíveis, inclusive CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas).

6.2. Execução operacional da solução

6.2.1. Na fase inicial da contratação, a solução deverá contemplar:

I – cadastramento dos beneficiários;

II – emissão, personalização e entrega dos cartões;

III – disponibilização e parametrização do sistema de gestão, contemplando:

a) vinculação dos cartões aos beneficiários;

b) implementação das regras de utilização definidas pela contratante;

c) configuração operacional do modelo flex total (saldo único), conforme parâmetros estabelecidos pela contratante;

IV – realização de testes operacionais e validação da solução antes do início da execução contratual.

6.2.2. Durante a vigência contratual, a solução deverá assegurar:

I – disponibilização periódica dos créditos aos beneficiários;

II – processamento e autorização das transações;

III – manutenção de rede de aceitação compatível com a abrangência geográfica de atuação do CRM-PR e respectivas regiões metropolitanas;

IV – funcionamento contínuo dos sistemas e serviços;

V – bloqueio, desbloqueio e substituição de cartões sem qualquer custo adicional para o beneficiário ou para o CRM-PR, inclusive nos casos de perda, furto, roubo ou desgaste natural, devendo o novo cartão físico ser entregue diretamente no endereço cadastrado do beneficiário ou, alternativamente, na sede do CRM-PR ou representação a que o beneficiário estiver alocado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação;

VI – atendimento aos usuários e à Administração.

6.3. Sistema de gestão e funcionalidades

6.3.1. A contratada deverá disponibilizar sistema eletrônico de gestão, acessível ao CRM-PR por meio de interface web segura, que permita:

I – gestão de beneficiários (inclusões, exclusões e alterações cadastrais);

II – acompanhamento em tempo real das recargas e créditos disponibilizados;

III – consulta a saldos, extratos e histórico de utilização consolidado ou por beneficiário;

IV – emissão de relatórios gerenciais e financeiros exportáveis em formatos abertos (CSV, PDF, XLS);

V – monitoramento da execução contratual.

VI – parametrização e acompanhamento das regras operacionais previamente estabelecidas;

6.3.2. A contratada deverá disponibilizar plataforma eletrônica equivalente (aplicativo móvel para sistemas Android e iOS) acessível por meio digital ao beneficiário, permitindo, no mínimo:

I – consulta de saldo e extrato detalhado contendo o nome do estabelecimento e valor gasto;

II – bloqueio e desbloqueio temporário ou definitivo do cartão;

III – consulta à rede de aceitação por meio de geolocalização;

IV – acesso às informações do benefício e canais de suporte;

V – gerenciamento de senha e dados de acesso;

6.4. Rede de aceitação

6.4.1. A solução deverá assegurar rede de aceitação compatível com as modalidades alimentação e refeição, contemplando, no mínimo, estabelecimentos das seguintes naturezas:

I – Alimentação: supermercados, mercados, mercearias, açougues, padarias, hortifrutis e estabelecimentos congêneres;

II – Refeição: restaurantes, lanchonetes, padarias com serviço de refeição e estabelecimentos similares;

6.4.2. A rede de aceitação deverá apresentar cobertura adequada nas localidades de atuação do CRM-PR e respectivas regiões metropolitanas, garantindo acesso efetivo ao benefício pelos usuários.

6.4.3. A contratada deverá assegurar, durante toda a execução contratual, a atualização, regularidade e adequada disponibilidade da rede de aceitação.

6.5. Forma de repasse dos valores

6.5.1. O modelo de execução da solução baseia-se no repasse mensal antecipado dos valores destinados aos benefícios, conforme os quantitativos definidos pelo CRM-PR.

6.5.1.1. O montante repassado corresponderá ao total dos benefícios do período, acrescido da taxa de administração contratada, quando houver, sendo vedada a cobrança de quaisquer tarifas adicionais para emissão, reemissão ou manutenção dos cartões.

6.5.2. Para garantir a pontualidade, a Autarquia efetuará o repasse financeiro com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data pretendida para o crédito, e a contratada deverá disponibilizar os créditos integralmente aos beneficiários no primeiro dia de cada mês, ou em até 24 (vinte e quatro) horas úteis após a confirmação do pagamento no caso de créditos extraordinários.

6.5.4. A contratada deverá assegurar a total transparência e rastreabilidade do processo, garantindo que os valores transferidos sejam convertidos em créditos sem retenções indevidas.

6.5.5. Em caso de desligamento do beneficiário, o CRM-PR poderá solicitar o bloqueio do cartão. Os saldos remanescentes que não tenham sido utilizados pelo beneficiário desligado e que, por força normativa do PAT ou decurso de prazo prescricional, retornem à disponibilidade da contratante, deverão ser revertidos em créditos para o CRM-PR ou abatidos na fatura subsequente.

6.6. Atendimento e suporte

6.6.1. A solução deverá contemplar canais de atendimento diversificados (telefônico gratuito, aplicativo, WhatsApp e /ou e-mail) aos usuários e ao CRM-PR, para esclarecimento de dúvidas, suporte operacional e registro de ocorrências.

6.6.2. O atendimento deverá ocorrer de forma contínua e eficiente, assegurando o tratamento tempestivo das demandas, observados os seguintes prazos máximos de resposta (SLA):

I – Bloqueio de cartão por perda, furto ou roubo: imediato (24h por dia, 7 dias por semana) por meio de canal automatizado (URA ou Aplicativo);

II – Resolução de problemas com créditos não inseridos ou problemas de processamento na rede: até 4 (quatro) horas úteis após a abertura do chamado pelo CRM-PR;

III – Demais chamados administrativos do CRM-PR: até 24 (vinte e quatro) horas úteis.

6.6.3. A contratada responderá civil e administrativamente por qualquer incidente de segurança da informação ou vazamento de dados dos beneficiários sob sua custódia, devendo manter os padrões exigidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

6.7. Critérios de habilitação

6.7.1. Comprovação de registro ativo da licitante no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos da Lei nº 6.321/1976, do Decreto nº 10.854/2021 e demais normas vigentes aplicáveis.

6.7.2. Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou ou executa serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação, admitida a somatória de atestados, para um contingente de, no mínimo, 60 (sessenta) beneficiários. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar que o serviço foi prestado por um prazo mínimo de 1 (um) ano.

Justificativa dos Critérios de Habilitação

A exigência de Atestado de Capacidade Técnica justifica-se pela necessidade de garantir que a futura contratada possua experiência prévia e estrutura operacional compatível com a complexidade do objeto. O estabelecimento de um quantitativo mínimo de beneficiários e de um prazo de execução de no mínimo 1 (um) ano fundamenta-se no Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, visando assegurar que a licitante detém solidez técnica para gerenciar o volume de transações e a logística exigida pelo CRM-PR.

Tais parâmetros são indispensáveis para mitigar o risco de contratação de empresas sem expertise em benefícios, o que poderia comprometer a continuidade do auxílio e causar prejuízos diretos aos empregados. A previsão de somatório de atestados visa ampliar a competitividade do certame, permitindo a participação de empresas de médio porte que, consolidadas, atendam à demanda da autarquia.

6.8. Da Capilaridade e Abrangência da Rede de Aceitação

6.8.1. A rede de aceitação deverá observar o levantamento das necessidades e os requisitos mínimos de capilaridade previamente definidos, garantindo ampla cobertura nas cidades adiante elencadas e suas respectivas regiões metropolitanas, bem como em outros municípios do Estado do Paraná em que venham a ser instaladas novas unidades:

1. Conselho Regional de Medicina do Paraná (Matriz Curitiba)
2. Representação Regional do CRM-PR em Apucarana
3. Representação Regional do CRM-PR em Araçongas
4. Representação Regional do CRM-PR em Campo Mourão
5. Representação Regional do CRM-PR em Cascavel
6. Representação Regional do CRM-PR em Cornélio Procopio
7. Representação Regional do CRM-PR em Foz do Iguaçu
8. Representação Regional do CRM-PR em Francisco Beltrão

9. Representação Regional do CRM-PR em Guarapuava
10. Representação Regional do CRM-PR em Guaratuba
11. Representação Regional do CRM-PR em Irati
12. Representação Regional do CRM-PR em Londrina
13. Representação Regional do CRM-PR em Maringá
14. Representação Regional do CRM-PR em Pato Branco
15. Representação Regional do CRM-PR em Ponta Grossa
16. Representação Regional do CRM-PR em Rio Negro
17. Representação Regional do CRM-PR em Telêmaco Borba
18. Representação Regional do CRM-PR em Toledo
19. Representação Regional do CRM-PR em Umuarama
20. Representação Regional do CRM-PR em União da Vitória

6.8.2. Em razão da operacionalização por arranjo aberto, a rede de aceitação será caracterizada pela abrangência da bandeira disponibilizada, devendo a contratada assegurar a utilização do benefício nos estabelecimentos comerciais que aceitem a referida bandeira e estejam classificados em categorias compatíveis com despesas de alimentação e refeição, conforme códigos de categoria do estabelecimento (MCC) e regras aplicáveis ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A quantidade estimada total de beneficiários é 128 (cento e vinte e oito), sendo 123 (cento e vinte e três) funcionários efetivos e 5 (cinco) aprendizes.

7.2. A quantidade de empregados/beneficiários indicada acima corresponde ao quantitativo existente na fase de planejamento da contratação, sendo utilizada exclusivamente como parâmetro para a formulação das propostas e para a estimativa do valor global da contratação.

7.3. A execução contratual observará a demanda efetiva da Administração, podendo o quantitativo de beneficiários sofrer variações ao longo da vigência contratual em razão de admissões, desligamentos, afastamentos, inclusões ou exclusões de empregados, bem como em decorrência da criação, ampliação, transferência ou encerramento de unidades e representações institucionais no Estado do Paraná;

7.3.1. Tais variações são inerentes à natureza do serviço e **não** caracterizam alterações qualitativas do objeto ou modificações capazes de afetar o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, desde que mantidos os preços unitários adjudicados;

7.4. Em razão da natureza continuada e variável da prestação, o valor contratual possui caráter estimativo, sendo os pagamentos realizados de acordo com a quantidade efetiva de beneficiários ativos e os créditos efetivamente disponibilizados em cada período de apuração, formalizando-se as variações mediante apostilamento, observada a disponibilidade orçamentária.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.214.468,96

8.1. O valor estimado anual do repasse para pagamento do benefício é de R\$ 2.214.468,96 (dois milhões duzentos e quatorze mil quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos), conforme custos unitários constantes da tabela abaixo, considerando taxa de administração estimada em 0,00% (zero por cento);

VALOR ESTIMADO DO BENEFÍCIO								
Item	Descrição	CATSERV	Categoria de beneficiários	Quantidade estimada de beneficiários	Valor Unitário do benefício R\$	Valor estimado Mensal R\$	Quantidade de Meses	Valor estimado anual R\$
1	Gerenciamento	14109	Efetivos	123	1.477,96	181.789,08	12	2.181.468,96
2	de VA/VR		Aprendizes	5	550,00	2.750,00		33.000,00
				128		184.539,08		2.214.468,96

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Embora a Lei nº 14.133/2021 privilegie o parcelamento como regra, verifica-se que, no presente caso, a divisão do objeto não se mostra técnica nem economicamente viável. A prestação dos serviços de gestão do benefício de auxílio alimentação/refeição envolve atividades integradas e interdependentes, como emissão de cartões, administração de créditos, manutenção da rede de aceitação e operação de sistema informatizado.

9.1.1. O parcelamento implicaria aumento da complexidade administrativa, dificuldades de fiscalização, perda de economia de escala e riscos à continuidade e à qualidade da execução contratual decorrentes da eventual necessidade de gerenciar múltiplos sistemas e fornecedores para a mesma finalidade. Por outro lado, a contratação de um único fornecedor assegurará maior eficiência operacional, padronização dos serviços e melhor controle pela Administração.

9.1.2. Dessa forma, conclui-se pela inviabilidade do parcelamento, por não representar solução mais vantajosa ao interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

9.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações/2026, do CRM-PR e está alinhada ao Planejamento Estratégico, em especial à otimização e eficiência da gestão administrativa por meio de soluções tecnológicas integradas.

11.2. Dotação Orçamentária: 6.2.2.1.1.33.90.39.020 - centro de custo - 22.01.03.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação da solução de gestão do benefício de auxílio alimentação/refeição, em modelo flexível, tem por objetivo assegurar a concessão regular e eficiente do benefício aos empregados do CRM-PR, promovendo melhorias tanto sob a perspectiva administrativa quanto sob a ótica dos usuários.

12.2. Dentre os principais benefícios esperados, destacam-se:

I – **Eficiência administrativa:** simplificação dos processos de gestão do benefício, com automatização de rotinas, redução de atividades operacionais e maior controle sobre a execução contratual;

II – **Segurança operacional:** utilização de meios eletrônicos com tecnologia de proteção e criptografia, reduzindo riscos de fraudes, extravios e uso indevido dos recursos;

III – **Previsibilidade e controle:** maior capacidade de acompanhamento dos créditos disponibilizados, da utilização dos valores e da execução contratual, por meio de sistema informatizado e relatórios gerenciais;

IV – **Melhoria na experiência do usuário:** adoção de benefício flexível em arranjo de pagamento aberto, permitindo maior amplitude de utilização nas modalidades alimentação e refeição, ampliando a conveniência, a autonomia e a experiência dos beneficiários;

V – **Capilaridade da rede de aceitação:** acesso a estabelecimentos variados e compatíveis com a finalidade do benefício, garantindo sua efetiva utilização nas localidades de atuação da autarquia;

VI – **Segurança Jurídica e Normativa:** Consolidação da natureza indenizatória do auxílio, em conformidade com as diretrizes do PAT, evitando a caracterização da verba como salário *in natura* e mitigando riscos de passivos trabalhistas ou previdenciários;

VII – **Racionalização de custos indiretos:** redução de custos administrativos relacionados à gestão manual ou descentralizada do benefício;

VIII – **Transparência e rastreabilidade:** disponibilização de mecanismos de acompanhamento e utilização dos recursos, por meio de trilhas de auditoria e registros operacionais no sistema de gestão, contribuindo para a governança, o controle administrativo e a prestação de contas.

12.3. Dessa forma, a contratação contribui para a modernização da gestão do benefício, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade, eficácia e interesse público.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se aplica.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não se aplica.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

12.1. A contratação demonstra-se técnica, jurídica e economicamente viável pelos seguintes fundamentos:

I – Viabilidade Técnica: A solução adota o modelo de arranjo de pagamento aberto com saldo flexível único, operacionalizado por tecnologia de cartões digitais de ampla aceitação nacional. Isso elimina a necessidade de credenciamento individualizado de estabelecimentos e garante o uso imediato do benefício em qualquer maquininha de cartão compatível com o ramo do PAT.

II – Viabilidade Jurídica: O modelo está em estrita conformidade com a Lei nº 6.321/1976, o Decreto nº 10.854/2021 e a Lei nº 14.442/2022, assegurando a manutenção do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e consolidando a natureza indenizatória da verba, o que afasta o risco de passivos trabalhistas ou previdenciários (salário *in natura*).

III – Viabilidade Econômica: A centralização dos serviços em lote único confere ganhos de escala e competitividade ao certame, além de otimizar os custos indiretos de pessoal da Administração, que passará a gerenciar as inclusões, exclusões e recargas por meio de um sistema automatizado e gratuito de gestão, sem cobrança de taxas de emissão ou custos operacionais adicionais.

12.2. Diante do exposto, conclui-se que a contratação representa a opção mais vantajosa para o interesse público, reunindo eficiência operacional, segurança jurídica e racionalização de recursos públicos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA CRISTINA KOKOTT

Coordenadora do Departamento de Recursos Humanos



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 13:18:12.